



Prefeitura de Joinville

ATA DE REUNIÃO SEI N° 7199783/2020 - SECULT.NGP

Joinville, 22 de setembro de 2020.

Ata da 4ª Reunião Extraordinária do CMPC - Joinville, 08 de setembro de 2020 – Reunião realizada por videoconferência

Ao oitavo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às dez horas, realizou-se a quarta reunião extraordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Joinville – CMPC, a reunião aconteceu por videoconferência, utilizando o aplicativo Google Meet, com link para acesso <https://meet.google.com/cqy-cjfd-qww>, conforme convocação. Fica registrado que os Conselheiros Maria da Penha Lage Camargo, Jose Raulino Esbiteskoski, Evandro Censi Monteiro, Patricia Stahl Gaglioti e Evanira Maçaneiro comunicaram antecipadamente suas ausências na reunião, registra-se também, a presença dos Conselheiros Iara Cristina Garcia, Eva de Souza Croll, Caio Luciano Berndt, Amanda Melchert da Silveira de Oliveira, Juliano Vieira, Iara Pâmela Vasconcelos Silva, Voldis Eleazar Sprogis, Juliane Fabíola Pereira Hoffmann, Adriana Cristina Klein, Cleunice Aparecida Kolhbeck, Patricia Jacintho, Regina Célia Marcis, Juliano Lueders, José Mauro Santos da Silva, Celiane Neitsch, Sergio Volmir de Almeida, Mario Cezar da Silveira, Rafael Daniel Huch, Gilmara Farias e Cassio Fernando Correia. A reunião foi iniciada pelo Presidente Cassio Fernando Correia que agradeceu a presença de todos e fez a leitura da pauta, qual seja: 2.1 - Aprovação da Ata da reunião do dia três de agosto de dois mil e vinte; 2.2 - Posse dos novos Conselheiros, caso já haja publicação do Decreto no Diário Oficial do Município; 2.3 - Indicação da COMPHAAN: Elisabete Tamanini (titular do Patrimônio Material); 2.4 - Formação de GT para o Edital de Patrimônio Cultural (leitura de Decreto, Portaria e Recursos); 2.5 - Validação dos recursos Mecenato ou Apoio de 2020; 2.6 - Grupo voluntário para organização de debates, documento a favor da cultura para a campanha eleitoral municipal de dois mil e vinte; 2.7 - Projeto de Lei Ordinária 101/2019 de autoria do Vereador Wilson Paraiba sobre a "Semana do Músico"; 2.8 - Informações sobre encaminhamentos da Lei Aldir Blanc; 2.9 - Assuntos diversos. Cássio Correia solicita e justifica a retirada de dois itens da pauta, sendo estes, 2.2 - Posse dos novos conselheiros, pois o decreto ainda não foi publicado, mas já foi encaminhado para a Procuradoria Geral do Município para providências e também o 2.3 - Indicação da Elisabete Tamanini, conselheira eleita como titular da setorial Patrimônio Material, no fórum setorial, seria indicada para compor a COMPHAAN, porém não é possível proceder a indicação da conselheira à Comissão porque ainda foi publicado o Decreto de Nomeação e também não podemos proceder com a posse da mesma. Consultou se há mais algum pedido de retirada ou inclusão de pauta. Foi solicitado a inclusão de pauta sobre a necessidade de contratação de um intérprete de libras, pela conselheira eleita, porém ainda não empossada, Andressa. Sérgio Almeida, por questão de ordem, lembra que com relação à pauta da posse ainda há a pendência referente ao Fórum Setoriais de Cultura Popular junto à Secult, solicitou que fosse incluído na pauta da reunião. Cassio incluiu o assunto na pauta e passa para o item 2.1 - Aprovação da Ata da reunião do dia três de agosto de dois mil e vinte, informando que a mesma já foi encaminhada por e-mail para aprovação dos conselheiros, já foram realizadas as alterações sugeridas e posteriormente reencaminhada a todos os conselheiros, sendo assim foi colocada em votação a aprovação da ata, todos os conselheiros aptos a votar aprovaram a ata da reunião do dia três de agosto de dois mil e vinte. Cassio passa para o item da pauta: 2.4 - Formação de GT para o Edital de Patrimônio Cultural (leitura de Decreto,

Portaria e Recursos), comentou que é item referente a uma verba ao Simdec, que não tem edital há muito tempo, lhe foi questionada a possibilidade de criação de um grupo de trabalho para iniciar os estudos, recolher documentação e começar as devidas cobranças. A conselheira eleita, mas não empossada, Samira Sinara colocou a impossibilidade de criação do GT, pois alguns conselheiros ainda não foram empossados, sendo assim não podem participar do GT. Samira propôs a criação de um Grupo de Trabalho para o Plano Municipal de Cultura, pois logo terão que iniciar os fóruns e avaliação. Cassio Correia colocou em votação a transferência desta pauta para a próxima reunião ou a criação do GT nesta reunião, o resultado ficou assim: um conselheiro votou na criação do GT e todos os demais conselheiros aptos a votar concordaram em adiar a pauta da reunião. O presidente Cassio segue com a pauta item 2.5 - Validação dos recursos Mecenato ou Apoio de 2020, informou que não foi criada a Comissão Simdec/LOA, e como já aconteceu em outros anos, os valores serão aprovados em plenária do CMPC para dar agilidade, colocou que terão que eleger uma nova Comissão. Em seguida passa a palavra à coordenadora do Simdec, Iara Pâmela Vasconcelos Silva, que apresentou os valores tanto do Fundo quanto do Mecenato. Iara apresenta uma tabela do Simdec aos conselheiros. Informou que o valor total para o ano de dois mil e vinte ficou em onze milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, oitenta e sete reais e setenta e dois centavos, sendo que no ano de dois mil e dezenove o valor foi de dez milhões, setecentos e trinta e nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e nove centavos. Explicou que a partir desse valor calcula-se cinquenta por cento para o Fundo e cinquenta por cento para o Mecenato, desta forma ficaram destinados para o Mecenato cinco milhões, novecentos e oitenta e dois mil, quinhentos e quarenta e três reais e oitenta e seis centavos, que são cerca de trezentos e seis mil e quatrocentos reais acima do valor do ano de dois mil e dezenove e para o Fundo, desses cinco milhões, novecentos e oitenta e dois mil, quinhentos e quarenta e três reais e oitenta e seis centavos, cinquenta por cento é destinado a projetos de apoio à Cultura, esses valores são os destinados na Portaria, que compreendem a dois milhões, novecentos e noventa e um mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e três centavos, os quais por meio de uma portaria serão aplicados em editais de apoio à cultura. Trinta por cento do valor de dois milhões, novecentos e noventa e um mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e três centavos são destinados para o patrimônio e setenta por cento para as demais áreas, sendo que hoje serão discutidos os valores das demais áreas. Sergio de Almeida perguntou: Qual foi o percentual de acréscimos de dois mil e dezenove para dois mil e vinte? A coordenadora Iara Pâmela explica que conforme o Plano Municipal de Cultura, ficou estipulado que o percentual deveria aumentar gradualmente até alcançar os três por cento, do montante total arrecadado pela prefeitura com o IPTU e ISS, este percentual foi alcançado neste ano. Iara Pâmela expôs ainda que enviou ao presidente Cassio um levantamento dos valores que foram investidos nos anos de dois mil e dezessete, dois mil e dezoito, dois mil e dezenove e a proposta para dois mil e vinte para a consulta dos conselheiros. Cassio Correia fez a leitura das quantidades de projetos e dos valores destinados ao Mecenato nos anos de dois mil e dezessete, dois mil e dezoito e dois mil e dezenove, para cada área. Iara explicou que para o ano de dois mil e vinte, o valor de R\$ 34.057,32 a mais por área é referente à divisão dos R\$ 306.515,88, diferença de dois mil e dezenove para dois mil e vinte, foi feita a divisão igualitária para todas as áreas. Na tabela apresentada consta as quantidades e valores aprovados no ano de dois mil e dezenove e a sugestão para manter a mesma quantidade de projetos e os valores atualizados ou aumentar a quantidade de projetos diminuindo os valores proporcionalmente, para apreciação dos conselheiros, os mesmos podem manter as quantidades apresentadas ou fazer sugestão de alteração, os representantes de cada área deverão analisar e dar sua sugestão ou aprovação. Cassio Correia fez a leitura da tabela apresentada com as quantidades e valores propostos para o ano de dois mil e vinte. Iara dirime algumas dúvidas durante a explanação. Cassio solicita que os conselheiros titulares e suplentes de todas as áreas façam a análise das propostas e se manifestem sobre a manutenção ou alteração da quantidade de projetos. A conselheira eleita Heidi Bublitz Schubert, porém ainda não nomeada, questiona a respeito dos valores destinados à área de patrimônio, área de museus e espaços de memória dos anos anteriores que não foram colocados em nenhum edital de patrimônio ou de mecenato. Iara Pâmela explica que para a área de patrimônio tem uma proposta desde dois mil e dezoito que a Secult está tentando aprovar, houve questionamento da Procuradoria Geral do Município nesta semana, porém já estamos respondendo e devolvendo o processo para a PGM, a intenção é lançar o Edital de Patrimônio neste ano. Heidi Bublitz Schubert solicita ao presidente Cassio que esta consulta também seja compartilhada com a Sociedade Civil, pois é necessário que saibamos o que está acontecendo quanto aos valores destinados à área de patrimônio. Iara explicou que todos os anos, quando foi realizada a distribuição, foram aprovados valores para o patrimônio, juntamente com o Conselho, sendo assim nas Atas do Conselho tem os valores já aprovados. Heidi solicitou que para a próxima reunião seja apresentada a tabela com os valores retidos, que ainda não foram destinados em formato de Edital ou Mecenato. Cassio concordou com a sugestão de colocar em pauta para a próxima reunião. Cassio comenta que está recebendo algumas manifestações

sobre a Comissão Simdec/LOA e reforça que ainda não foi definida essa comissão pela falta da posse de alguns conselheiros, reforçou que pela urgência trouxe a aprovação dos valores do Mecenato e do FMIC para a plenária. Heidi Bublitz Schubert leu o questionamento feito no chat, se podem apresentar os critérios utilizados para as divisões apresentadas? Quais áreas foram incluídas? Quais áreas foram excluídas? Quais receberam aumento no aporte e quais tiveram diminuição? Iara explicou que com relação aos valores como já explicado no início, foi feita a divisão dos R\$ 306.515,88 em partes iguais para todas as áreas, que totalizou R\$ 34.057,32 a mais pra cada área, todos tiveram aumento e não houve exclusão e nenhuma área. Sergio Almeida questionou se esta forma de distribuição dos recursos, do rateamento do total aumentado, de forma igualitária é correto? Cassio respondeu que acredita que seja uma forma democrática neste momento de pandemia, pois pelo menos todas as áreas estão tendo aumento, independentemente de demanda de projetos no último edital. Comentou não ser a favor de penalizar uma área ou outra que não teve demanda de projetos inscritos, pelo fato da burocratização do edital, que todos conhecem. Cassio leu o questionamento feito no chat, se esses valores já incluem a acessibilidade? Respondeu que depende muito dos projetos apresentados, se os mesmos incluem acessibilidade ou não, depende do proponente apresentar a proposta com acessibilidade, o Edital não exige esta acessibilidade ainda. O conselheiro Rafael Daniel Huch questionou que devido à situação atual que estamos vivendo como pandemia, período eleitoral, existe previsibilidade no edital de Mecenato e do FMIC para contemplar contrapartida com apresentações em formato online, mesmo sabendo que a legislação do Simdec não completa isto desta forma, mas devido ao momento atual e não sabemos até quando irá, questiona se há uma previsibilidade e como será feita essa leitura também nesses dois editais? Iara Pâmela respondeu que esta previsibilidade já existe, independente da pandemia, porém depende do proponente inscrever seu projeto desta forma, já houveram projetos desta forma, como por exemplo contação de história na rádio. Rafael exemplificou sua pergunta mencionando os projetos a nível Federal, onde já existe esse entendimento, o proponente faz a inscrição de uma apresentação presencial, mas caso perdurar a pandemia, por mais seis meses, o proponente pode reiterar o projeto alterando determinado objeto. Iara Pâmela respondeu que nesse caso deverá ser solicitada a alteração do projeto, com isso tem que haver a formalização de um termo aditivo, que passará pela Procuradoria que dará o parecer dizendo se é possível ou não esta alteração dentro do projeto. Cassio Correia perguntou se há possibilidade de incluir no Edital um artigo ou parágrafo contemplando esta possibilidade de projetos acontecendo de forma virtual, pois hoje a Lei do Simdec não restringe. Iara Pâmela respondeu que hoje o proponente já pode inscrever o projeto contemplando apresentações de forma online, porém podem verificar a possibilidade de acrescentar esse tipo de apresentação na descrição de cada área no Edital. Após análise e discussão ficaram aprovadas as seguintes quantidades e valores para o Mecenato 2020: Cinema e Vídeo 7 projetos de R\$ 84.773,23, totalizando R\$ 593.412,61; Artes Plásticas e Gráficas 3 projetos de R\$ 51.352,44 e 4 projetos de R\$ 32.778,22, totalizando R\$ 285.170,20; Radiodifusão cultural 3 projetos de R\$ 60.966,54, totalizando R\$ 182.899,62; Dança 8 projetos R\$ 59.685,00, totalizando R\$ 477.480,00; Edições de livros de arte, literatura e humanidades 3 projetos de R\$ 51.352,44 e 11 projetos de R\$ 19.483,65, totalizando R\$ 368.377,47; Artesanato e Cultura Popular 16 projetos de R\$ 38.645,62, totalizando R\$ 618.329,92; Circo 1 projeto de R\$ 64.098,86 e 2 projetos de R\$ 32.049,43, totalizando R\$ 128.197,72; Música e Ópera 15 projetos de R\$ 42.270,48 e 4 projetos de R\$ 100.169,38, totalizando R\$ 1.034.734,72 e Teatro 3 projetos de R\$ 71.352,44 e 7 projetos de R\$ 40.731,52, totalizando R\$ 499.177,96, sendo contemplados em dois mil e vinte 76 projetos no valor total de total de R\$ 4.187.780,22. Cassio Correia passou para a leitura dos valores do FMIC de dois mil e dezenove e dois mil e vinte, lembrando a todos que sobre estes valores há ainda a retenção de Imposto de Renda. Iara Pâmela informou que o aumento para este ano foi de R\$ 23.831,15, que foi acrescentado a mais em cada área, totalizando R\$ 214.480,35 a mais que em 2019 destinado a projetos do FMIC. Após análise e discussão ficou aprovado as seguintes quantidades e valores para o FMIC de 2020: Artes Gráficas e Plásticas 5 projetos de R\$ 27.566,20, totalizando R\$ 137.831,00; Artesanato e Cultura Popular 8 projetos de R\$ 23.978,80, totalizando R\$ 191.830,40; Cinema e Vídeo 7 projetos de R\$ 70.261,50, totalizando R\$ 491.830,50; Circo 1 projeto R\$ 53.242,00, totalizando R\$ 53.242,00; Dança 6 projetos de R\$ 43.971,80, totalizando R\$ 263.830,80; Edições de livros de arte, literatura e humanidades 10 projetos de R\$ 17.391,60 e 2 projetos de R\$ 32.957,50, totalizando R\$ 239.831,00; Música e Ópera 10 projetos de R\$ 38.383,10, totalizando R\$ 383.831,00; Radiodifusão Cultural 2 projetos de R\$ 41.915,50, totalizando 83.831,00 e Teatro 7 projetos de R\$ 35.404,40, totalizando R\$ 247.830,80, sendo contemplados em dois mil e vinte 58 projetos no valor total de total de R\$ 2.093.887,50. Cassio comentou que a Heidi Bublitz Schubert questionou sobre dois pontos, quando vai sair enfim o edital/mecenato de patrimônio e quando enfim vai sair o da Coletiva de Artistas Plásticos. Iara Pâmela respondeu que a Secult está aguardando a aprovação da proposta que está tramitando desde dois mil e dezoito, para podermos encaminhar novas propostas, pois ainda não temos um modelo

aprovado. Cassio perguntou se há algum cronograma de prazos, Iara Pâmela respondeu que não. Heidi Bublitz Schubert solicitou para a próxima reunião um retorno, pra este ano, sobre essas questões, pois a sociedade civil não pode esperar, na questão de Patrimônio há imóveis sendo tombados e os proprietários não estão tendo acesso a estes recursos para a preservação dos mesmos. Sérgio Almeida solicita emissão de Moção de Esclarecimentos sobre o andamento dos editais de patrimônio. Cassio Correia colocou em votação a emissão da Moção, todos aptos a votar concordaram com a moção. Cassio solicitou um voluntário a redação da moção. A Conselheira Celiane Neitsch se propôs a redigir a Moção e encaminhar para o presidente Cassio Correia. Cassio passou para o próximo item da pauta, 2.6 - Grupo voluntário para organização de debates, documento a favor da cultura para a campanha eleitoral municipal de 2020; Cassio explicou que colocou como grupo voluntario para não passar pelo regramento do Conselho, que deverá agendar reunião com sete dias de antecedência, enviar pauta, disse que fará parte deste grupo e já está em contato com o grupo cultura movimenta, perguntou quem gostaria de participar deste grupo, os voluntários são: Regina Santos, Samira Sinara e José Mauro Santos da Silva, Cassio diz que fará parte desse grupo disse que neste grupo podem participar pessoas que não fazem parte do CMPC e salienta que este grupo está sendo criado para organizar os debates e redigir um documento na forma de um pacto pela cultura, a ser encaminhado aos convidados. Dado continuidade à reunião Cassio Correia sugere a retirada do próximo item da pauta 2.7 - Projeto de Lei Ordinária 101/2019 de autoria do Vereador Wilson Paraiba sobre a "Semana do Músico"; documento foi encaminhado a todos por e-mail para leitura, pois foi solicitado ao Vereador Roque Mattei a participação de um representante da Câmara de Vereadores para dirimir as dúvidas quanto ao projeto de lei, porém não houve um retorno sobre a participação de um representante da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia para a discussão do assunto na reunião de hoje. Seguindo a pauta item 2.8 - Informações sobre encaminhamentos da Lei Aldir Blanc; Cassio solicita que este item fosse mantido mesmo devido ao tempo excedido, solicita que os conselheiros se manifestem em relação a mantê-la ou agendar uma reunião extraordinária para a próxima semana. Sérgio Almeida manifesta-se lembrando que embora o tempo esteja escasso o assunto é urgente. Deixa registrado que encaminhou ao presidente Cassio o relatório do GT da lei Aldir Blanc, o qual vinha sendo discutido com os representantes do Poder Público a viabilização de uma atuação conjunta. Relatou que tiveram uma reunião e que avançaram bastante neste assunto, que além da concordância na criação de canais de comunicação, houve também sugestão da Marisa de Toledo de criação de escalonamento para inscrição dos interessados do inciso II e III, foi solicitado aos representantes do poder público, Samir e Juliano, o acesso à minuta desse plano para os dois incisos, para tramitar e um ambiente controlado, onde eles poderiam aceitar ou não que o grupo consultasse esses documentos para pudessem das sugestões, configurando desta forma a participação da sociedade civil na construção desse plano de ação, esta solicitação foi feita a uma semana até o momento não recebemos as minutas, cobramos resposta, porém não obtivemos uma resposta efetiva por parte dos representantes do poder público que fazem parte desse GT, efetivamente neste momento não estamos com participação no processo. Portanto, por questão de ordem, solicito uma moção de pedido de esclarecimento do motivo do corte dessa participação bilateral, o qual inviabiliza os avanços dos diálogos neste momento tão importante. Cassio comentou que há muitas pessoas querendo se ausentar da reunião, então sugere que se agende uma reunião extraordinária para o dia quinze de setembro, para tratar dos assuntos pendentes, as Moções, o assunto do Fórum, a questão dos intérpretes e sobre a Lei Aldir Blanc, pois o recurso deve ser liberado nesta semana. Edson Gellert Schubert sugeriu fazer uma pausa na reunião e retornar após o almoço, para dar continuidade à reunião principalmente por conta da Lei Aldir Blanc, haja vista o recurso ser liberado esta semana e o chamamento ser feito sem que passe pelo CMPC, parece uma provocação do setor público para com respeito ao Conselho Municipal de Política Cultural, no sentido de que o Conselho não precisa ser ouvido, não deve ser ouvido, pois esta é a postura que se lê nas entrelinhas da Secult. A Secult fechou as portas, se foi o Juliano, ou Samir, ou Evandro, ou Jose Raulino, ou se foi alguém dentro da SAP ou o próprio Prefeito que mandou, não tenho como afirmar, porém alguém o fez, então agora a sociedade civil tem sua representatividade dentro do Conselho que deve ser batalhada, deixar esta discussão para daqui uma semana é corroborar com o descaso do poder público. Cássio confirma que recebeu o relatório de Sérgio Almeida, diz que não faz parte deste GT, passa a palavra para a manifestação de Juliano Vieira, para então procederem a votação sobre a pauta. Juliano Vieira confirma que durante a reunião do Grupo de Trabalho foi cogitada a disponibilização desses documentos, porém após este fato houve reunião com a SAP, foi exposto ao Edson e a Marisa Toledo algumas dificuldades em disponibilizar os documentos, vimos que não seria uma questão segura e que poderia trazer implicações muito graves na questão de compartilhar o documento pronto com todas as suas regras, em conversa com a Marisa e o Edson optamos em dar uma freada nesta questão de disponibilizar o documento. Quanto aos questionamentos feitos no grupo, Juliano afirma ter respondido todos. Quanto à divulgação diz que já havia esclarecido que esta semana será

disponibilizado um número de telefone, carta de serviço e um e-mail para tratar das questões Aldir Blanc, a carta de serviço será dentro do site da PMJ, e que estes serão divulgados dentro dos grupos, para o Conselho e dentro do próprio site da prefeitura. Quanto aos valores, os mesmos foram repassados e aprovados no Conselho na última reunião, tanto na questão do subsídio quanto do edital, este em formato de prêmio. Informa que a princípio o convênio, já foi assinado na semana passada pelo Prefeito e o recurso está previsto para chegar nesta semana. Cassio Correia comentou que estava no grupo de trabalho, resolveu se retirar do grupo pelo fato de que possivelmente será proponente do Edital e do inciso II, enquanto empresa e pessoa física, discorda do não compartilhamento das minutas com os três representantes da sociedade civil e o poder público porque a lei é bem clara, ela garante e exige que o regramento deve ser feito de forma compartilhada entre a sociedade civil e o poder público, então este posicionamento que a Secult vem tomando de não compartilhar com os representantes da sociedade civil, que não irão pleitear o recurso. Juliano lembra que esse GT não é oficial, não há um decreto de nomeação, portanto os participantes não tem nenhum impedimento de se inscreverem para o edital. Cassio expôs que a sociedade civil vem há muito tempo solicitando a criação de um grupo de trabalho para debater a Aldir Blanc, e que na última reunião do conselho então criaram um grupo de trabalho não oficial, mas é um GT criado no Conselho que é o órgão representativo da sociedade civil da cidade. Sérgio Almeida demonstra sua indignação por não ter sido informado da decisão, pois mesmo ele sendo integrante do GT, somente o Edson Gellert Schubert que é do Conselho Estadual de Cultura e a Marisa Toledo que é servidora pública, formam informados e ele como representante do Conselho Municipal de Política Cultural legalmente instituído, não foi informado dessas decisões tomadas a partir da reunião com a SAP. Solicita esclarecimentos pelo fato de não ter sido informado mesmo sendo vice-presidente do Conselho Municipal de Política Cultural, representante do conselho no GT e na questão da democratização do processo, foi colocado que haverá um 0800 para informações e a aprovação dos valores, porém este é somente uma parte das informações, foi discutida a sugestão da Marisa de escalonamento de pagamentos, discutiram sobre a distribuição de pontos com computadores disponíveis para inscrição na cidade ainda não contemplava o máximo de democratização de acesso que nós gostaríamos, são essas questões que a sociedade civil pode contribuir discutir e até mesmo evitar erros. Embora haja dez representantes da sociedade civil no GT, o acesso a esses documentos não era para todos, mas sim para um pequeno grupo, com possibilidade de aceitação ou não, mantendo sigilo e com o controle da Secult sobre o acesso a esses documentos. Juliano Vieira comentou que não foi uma conversa com a SAP, mas sim uma conversa interna da Secult, diz que a falta do retorno foi uma falha de comunicação e se desculpa e explica que como já estavam conversando com o Edson sobre outros assuntos aproveitaram e conversaram sobre este assunto, o Samir conversou com a Marisa sobre esse assunto também, em relação ao 0800, foi uma sugestão colocada na plenária do CMPC e depois foi questionada no grupo, então a Secult respondeu todas as questões em relação à divulgação e esclarecimento da Lei e que as questões foram respondidas no grupo. Disse que irá reunir-se com Samir e Evandro da Secult para rever a questão da disponibilização do documento e dará um retorno ao Sergio Almeida ainda hoje. Juliano comenta que irá colocar no GT uma solicitação de reunião a ser realizada ainda esta semana, para discutir as sugestões, expõe que mesmo com a divisão do recebimento das inscrições e o pagamento feito por lotes, ainda assim cairá em uma lógica cronológica semelhante e já havia cogitado uma reunião com o grupo para esta semana. Sergio Almeida e Cassio Correia colocam-se à disposição. Cassio informa que há dois itens na pauta que podem ser abordados que é sobre um intérprete de libras, o qual sugere que se faça uma minuta de Moção de Repúdio referente à falta de um intérprete de libras nas reuniões, inclusive há uma conselheira eleita, ainda não empossada, que necessita desta acessibilidade. Sérgio lembra que o Conselho como órgão representativo não tem o poder de obrigar, porém devemos enviar moções para a Secult até que eles se manifestem, pois é a Secult que deve fazer esta solicitação de contratação, pois está previsto em lei e a Secult não está cumprindo. A conselheira Celiane Neitsch coloca-se à disposição para auxiliar na redação da Moção e deixa registrado que na reunião de hoje houve a participação de intérpretes de libras, mas não se colocaram à disposição para fazer a tradução, pois há uma legislação sobre a intérprete de libras e também pelo o que foi dito pelo Sergio Almeida é uma função do poder público de contratar essa intérprete e elas não tem a obrigação de trabalhar de forma voluntária, houve a participação de seis pessoas da comunidade surda, que inclusive uma delas retirou-se pela falta de intérprete de libras. Diz ainda que, ao contrário do que já ouviu falar, a demanda existe, mas se não houver intérprete não há participação. Cassio informa que Tirotti se dispôs a auxiliar na redação da Moção e que deve ser encaminhada o mais rápido possível. Finalizando, após decisão por votação, fica agendada uma reunião extraordinária para a próxima terça-feira, às dez horas, para tratar dos encaminhamentos da lei Aldir Blanc, esclarecimentos sobre os fóruns setoriais e, se recebermos o retorno, também sobre o Projeto de Lei do vereador Wilson Paraíba. Registrasse ainda a presença como ouvinte: Fernando G. Gonçalves, Samira Sinara Souza, Heidi

Bublitz Schubert, Andressa Caroline da Silva, Walmer Bittencourt Junior, Regina Santos, Karim Coletti, Kariny Francisco, Aleksandro Ruda dos Santos, Aleksandro Ruda dos Santos, Edson Gellert Schubert, Tirotti, Walter Petla, Killian Ferreira, Pierre Porto Silveira, A reunião foi encerrada às doze horas e quarenta minutos. Sem mais a tratar, o Presidente Cassio Fernando Correia agradeceu a presença de todos finalizando os trabalhos, e eu, Dulcinéia Maria da Silva, lavrei a presente ata, a qual vai assinada por mim e pelo presidente Cassio Fernando Correia, conforme art. 42 do Regimento Interno do CMPC.

Avenida José Vieira, 315 - Bairro América - CEP 89204-110 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

20.0.098561-5

7199783v25